

EM 29/09/2020

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI Nº. 071/2020

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Protocolado sob nº 823

em 29/09/2020 às \_\_\_\_\_:\_\_\_\_\_

Encarregado

**INSTITUI NO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO/ES,  
O “PROGRAMA DE RECICLAGEM DE SACOLAS  
PLÁSTICAS”, EM PARCERIA COM AS ESCOLAS DA  
REDE PÚBLICA MUNICIPAL E DISPÕE SOBRE A SUA  
REALIZAÇÃO.**

A Câmara Municipal de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições constitucionais faz saber:

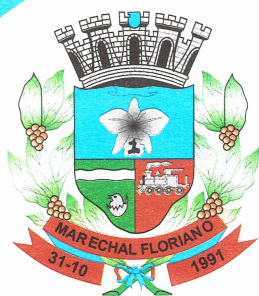
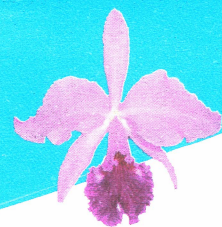
**Aprova:**

**Art. 1º** Fica, por esta Lei, instituído no município de Marechal Floriano/ES, o “PROGRAMA DE RECICLAGEM DE SACOLAS PLÁSTICAS”, em parceria com as Escolas da Rede Pública Municipal.

**Art. 2º** O Projeto ora instituído consiste no aproveitamento de sacolas plásticas na confecção de artesanatos, como bolsas, cestos, suplás, tapetes e quaisquer demais peças ou objetos artesanais, feitos a partir de sacolas plásticas.

**Art. 3º** A presente Lei tem como objetivos:

- I – promover atividades de reciclagem de sacolas plásticas biodegradáveis na confecção de artesanatos;
- II – realizar atividades educativas e de orientação artesanal, valorizando a criatividade, por meio do uso de sacolas plásticas;
- III – realização de concursos, gincanas e oficinas, como forma de valorizar a criatividade dos alunos;
- IV – articular os professores para o desenvolvimento destas ações, visando incentivar os alunos para tais atividades, como forma de aprendizagem simultânea, no que tange à reciclagem e sustentabilidade.



## *Câmara Municipal de Marechal Floriano* **Estado do Espírito Santo**

**Art. 4º** Para melhor execução do programa aqui instituído, as escolas poderão ministrar palestras sobre a importância da reciclagem das sacolas plásticas para o meio ambiente, bem como, dentro das possibilidades, promoverem cursos rápidos, visando à aprendizagem de aproveitamento das mesmas, na confecção de trabalhos artesanais.

**Art. 5º** Para melhor efetivação do programa a que se refere a presente Lei, o Poder Público Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, coordenará as ações para a sua realização, podendo contar com a colaboração de artesãos habilitados em tais artesanatos.

**Art. 6º** A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões, 29 de setembro de 2020.**

  
**Felipe Hulle Delpuppo**  
**Vereador**